



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO

COC –
COORDENAÇÃO DO CURSO

PROJETO LABORATÓRIO FDRP

LAB. I - II - III - IV - V - VI

ANO/SEMESTRE: 2020/ 1º SEMESTRE

TÍTULO DO EIXO A SER DESENVOLVIDO: Teoria e Prática do Direito Político: Sistemas Eleitorais

DOCENTES RESPONSÁVEIS: Nuno M. M. S. Coelho

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS, SE HOUVER: 20

OBJETIVOS:

Objetivos gerais: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que capacitem para a atuação jurídica no campo do Direito Público, e em especial do Direito Político, a partir de sua compreensão constitucionalmente adequada (de acordo com o paradigma do Estado Democrático de Direito).

Objetivos específicos: Conhecer a história, os contornos constitucionais e legais (materiais e processuais), e as instituições político-jurídicas centrais para compreender o funcionamento, do Brasil, do Sistema político brasileiro, com foco no Direito Eleitoral.

METODOLOGIA:

Temário e atividades: O Curso será dedicado aos temas fundamentais do Direito Político (formas de Estado, formas de governo, sistemas de governo, sistemas eleitorais, partidos políticos, regimes políticos... com ênfase na compreensão do Direito Eleitoral), examinando os textos fundamentais da doutrina, a sua história no Brasil, sua presença no direito comparado, a jurisprudência e as discussões jurídicas práticas que levantam hoje no País.

Haverá (se viável) viagem à cidade de São Paulo, para visita ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, e à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - e a Brasília, para visita ao TSE.

ARTICULAÇÃO DO EIXO COM O PPP E COM OUTRAS DISCIPLINAS:

A articulação com os objetivos didático-pedagógicos do PPP da FDRP-USP manifesta-se com a preocupação de desenvolver as habilidades e os valores compatíveis com o paradigma do Estado Democrático de Direito, que não se pode realizar senão no quadro de uma cidadania atuante que se responsabiliza pela efetividade dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais e não se vê simplesmente como cliente do Estado e dos serviços públicos que presta. Há importante conexão com as Disciplinas propedêuticas e do Direito Público, ministradas no primeiro e no segundo semestres do Curso, tais como Teoria do Direito, Filosofia Geral: a Ética, Teoria Política, Teoria do Estado, Direito Constitucional, Teoria da Constituição, e Direitos Fundamentais.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

As atividades de ensino consistirão em exposições e debates sobre os contornos dogmáticos do Direito Eleitoral brasileiro e seus impactos sobre a prática do Direito Político.

As atividades de pesquisa consistirão em análises e problematizações acerca da compreensão jurisprudencial sobre os temas referidos – e seus impactos sobre o direito político.

As atividades de extensão consistirão em atividades de divulgação científica a serem organizadas no quadro do projeto (seminários, programas de rádio, cartilhas e textos em meios de divulgação).

CRONOGRAMA:

Reunião de planejamento	Discussão do projeto. Indicação e discussão da bibliografia, do plano de trabalho, da avaliação e do calendário.	04.03 – de 815h a 10h.
Reuniões de aprofundamento teórico (Sala B11)	Análise de Constituição, leis e jurisprudência, direito comparado e doutrina - sobre os temas “Sistemas Eleitorais” e “Direito Eleitoral brasileiro”.	25.03, 15.04, 6.05, 27.05 – de 815h a 10h.
Plano de visitas	Visitas orientadas a Instituições (TRE, TSE) – se possível conforme as possibilidades financeiras da Unidade.	Datas a definir.
Resultados esperados/produtos	Produção de: - manual de orientação do candidato; - programas de rádio; - seminário aberto à comunidade; - seleção de bibliografia brasileira e de julgados relevantes sobre Direito Político.	O prazo para entrega dos produtos será o dia 17.06.
Apresentação final dos trabalhos	Encontro para apresentação e discussão públicas dos resultados/realização de prova escrita.	17.06 – de 815h a 12h.

MÉTODO DE AVALIAÇÃO A SER APLICADO PELO PROFESSOR:

A avaliação consistirá em duas notas (média simples). A primeira atribuída em contrapartida à presença e participação ativa do aluno nas atividades programadas. A segunda, ao trabalho final produzido e/ou prova escrita.